

AS CLASSES SOCIAIS E A DINÂMICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA NA ONTOLOGIA MATERIALISTA DE POSTONE

Paulo Henrique Furtado de Araujo *

Na leitura crítica imanente de Postone sobre a teoria madura de Marx, a forma-mercadoria é o eixo a partir do qual toda a sociedade do capital é desvelada, assentando a pedra angular para uma apreensão pertinente das classes sociais e de suas lutas. Ele situa a forma de mediação social específica da sociedade do capital no centro da constituição dessa formação socioeconômica e no cerne da teoria crítica de Marx. No presente artigo, seguindo Postone em sua reinterpretação da teoria madura de Marx, tomamos a categoria classe social e suas necessárias articulações com a dinâmica de acumulação do capital como o centro de nossa atenção. Trata-se de elucidar o adequado e inovador tratamento que Postone oferece a esse conjunto categorial e demonstrar a importância que tais categorias possuem em sua leitura da teoria marxiana. Destacamos, em particular, o tratamento que ele oferta sobre o papel histórico do proletariado e sua relação com a contradição fundamental do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Marx. Postone. Capital. Classes Sociais. Dinâmica Social-Temporal.

INTRODUÇÃO

Entre os críticos de Moishe Postone encontramos formulações que acusam o autor de não tratar, ou menoscar, as classes sociais, e suas lutas, ao analisar a sociedade do capital. Curiosamente, em sua leitura crítica imanente – portanto, em sua crítica ontológica – da teoria madura de Marx, o autor canadense ao revelar que a forma-mercadoria é o eixo a partir do qual toda a sociedade do capital é desvelada, assenta a pedra angular para uma apreensão pertinente das classes sociais e de suas lutas.

O historiador canadense situa a forma de mediação social específica da sociedade do capital no centro da constituição dessa formação socioeconômica e no cerne da teoria crítica de Marx. A reconstituição categorial ofertada por Marx em *O Capital* parte da contradição fundamental da sociedade do capital contida na forma mercadoria; o par antitético valor e

valor de uso e seu devir temporal. A forma do valor ou valor de troca, em suas expressões até a categoria dinheiro, é a manifestação do movimento de exteriorização de um dos elementos, do referido par antitético, que se encontram em contradição real. Uma vez realizada a gênese lógica do dinheiro, Marx demonstra, também logicamente, como o dinheiro transforma-se em capital. Com a categoria capital o movimento categorial continua e manifesta não mais uma contradição real e sim contradições dialéticas com suas supressões. Nesse momento, categorias até então pressupostas pelo autor passam a compor, explicita e diretamente, o texto; e passam a ser analisadas de acordo com o grau de abstração que constitui o momento da exposição da pesquisa de Marx. No presente artigo, seguindo Postone em sua reinterpretação da teoria madura de Marx, tomaremos as categorias de classe social e suas necessárias articulações com a dinâmica de acumulação do capital como o centro de nossa atenção. Com esse percurso, esperamos elucidar o adequado e inovador tratamento que Postone oferece a esse conjunto categorial e demonstrar a importância que tais categorias

* Universidade Federal Fluminense.
Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, São Domingos. Cep: 24210-201. Niterói - Rio de Janeiro - Brasil.
phfaraujo@id.uff.br.
<https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

possuem na leitura crítica que esse autor oferece da teoria marxiana. Enfatizaremos, em particular, sua leitura a respeito do papel histórico do proletariado e sua relação com a contradição fundamental do capitalismo.

VALOR, MAIS-VALOR, TEMPO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Postone reconhece que crises cíclicas e instabilidade são aspectos primordiais da teoria crítica de Marx, no entanto, enfatiza outro aspecto, presente nessa teoria, a respeito do processo de crescimento do mais-valor. Lembrando que Marx não oferta uma crítica do ponto de vista da distribuição do que foi produzido, tampouco, uma crítica produtivista – constituída a partir do questionamento de que a produção social de mais-valor não é potencializada de modo equilibrado –, nosso autor destaca que Marx critica a natureza em si do crescimento do valor, ou seja, realiza a crítica da própria trajetória da dinâmica desse crescimento. A expansão do mais-valor, sustenta o autor (Postone, 2014, p. 358), engendra uma especificidade do crescimento que tem por arrimo o fato do valor ser forma temporal de mediação social e de riqueza abstrata. Sabemos que o valor total produzido é resultado do gasto de tempo de trabalho abstrato e que o aumento da produtividade, ou da força produtiva do trabalho, eleva a produção de valores de uso (riqueza material) e, simultaneamente, somente permite elevações de curto prazo do valor produzido pelas personificações do capital que em primeiro lugar obtém esse aumento de produtividade.

Tomando a intensidade do trabalho como inalterada, a jornada de trabalho de duração determinada produzirá sempre o mesmo quantum de valor. Aumentos da força produtiva do trabalho apenas elevarão a massa de valores de uso (mercadorias) produzidas que, por sua vez, portarão um quantum menor de valor individual. A disseminação de um novo pa-

drão de produtividade, redetermina a “régua” temporal à qual todos os produtores terão que acompanhar. Em outras palavras, na mesma jornada de trabalho, com mesma intensidade de trabalho, passa-se, nesse caso, a produzir um maior quantum de mercadorias (valores de uso) com menor valor individual e esse é o novo padrão temporal a ser seguido – tempo de trabalho socialmente necessário que mensura o valor das mercadorias. Essa determinação temporal do valor é o que explica que a expansão do mais-valor (têlos da lógica do capital) só pode ser alcançada mediante modificações da proporção entre o tempo de trabalho necessário e excedente. O movimento imediato para a obtenção dessa modificação é o aumento da jornada de trabalho, o que configura a extração do mais-valor absoluto. Todavia, historicamente, a luta dos trabalhadores conquistou uma legislação que limitava a duração da jornada de trabalho e impedia o seu aumento para além desse limite. A lógica do capital reagiu e disseminou a extração de mais-valor relativo – no qual o tempo de trabalho excedente aumenta e o tempo de trabalho necessário é reduzido sem que a duração da jornada de trabalho seja alterada. Para Marx, sugere Postone (2014, p. 358), o corolário do vínculo entre, por um lado, a força produtiva do trabalho e o aumento do mais-valor relativo e, por outro lado, as elevações de curto prazo do valor produzido por unidade de tempo devido à elevação da produtividade – por parte das personificações do capital que em primeiro lugar obtém ganhos de produtividade – engendra a pulsão perene e a tendência invariável da lógica do capital em aumentar a produtividade (força produtiva do trabalho) (Araujo, 2022).

Torna-se patente que a tendência aos aumentos incessantes de produtividade é endógena à produção ampliada de mais-valor relativo. Sua geratriz é a conexão entre os avanços da produtividade do trabalho e a riqueza específica da sociedade do capital – valor. Sabemos que essa riqueza é mensurada pelo gasto de tempo de trabalho abstrato, socialmente con-

siderado. A dinâmica contraditória dessa sociedade tem aqui seu fundamento e, por isso, esse é o ponto do qual parte Marx. O avanço da produtividade produz, numa proporção direta, a elevação da produção da riqueza material. Quanto à riqueza abstrata (valor), o quantum total produzido no mesmo padrão temporal de trabalho não se altera e isso se constitui em um limite para o aumento do mais-valor. Quaisquer que sejam os níveis da produtividade social, a quantidade de mais-valor produzido não poderá atingir e, muito menos, ultrapassar esse limite – afinal, a lógica do capital é a da produção em escala ampliada de trabalho excedente, não pago. Para o capitalista individual, contudo, a quantidade de mais-valor recebida pode aumentar desde que ele seja capaz de se apropriar de um quantum de valor adicional, que ele não produziu diretamente (mais-valor extra) e que obtém por produzir suas mercadorias com valor individual menor do que o valor social ou de mercado. Para os capitalistas enquanto classe social, haverá aumento do mais-valor na medida em que o mais-valor extra devém mais-valor relativo. Esse quadro nos permite concluir que na sociedade do capital, aumentos de produtividade não engendram elevações da riqueza abstrata e, tampouco, levam a reduções diretamente proporcionais ao tempo de trabalho total; como seria possível se a forma específica da riqueza social fosse a riqueza material.

O limite objetivo, prossegue Postone (2014, p. 359), que é o quantum constante de valor total produzido na norma temporal socialmente estabelecida, ocasiona uma tendência ao aumento permanente das taxas de crescimento da produtividade do trabalho. Marx (2011, p. 269-270 e 2017, p. 588-597), prossegue o historiador canadense, elucidou que frente a taxas de aumento constantes da produtividade do trabalho, a taxa de elevação da massa do mais-valor em proporção a certo volume de capital se reduz conforme aumenta o tempo de trabalho excedente ou não pago. Ou seja, à proporção que o volume total de

mais-valor produzido se aproxime do limite total do valor produzido por unidade padrão de referência temporal, mais árduo será reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário através do aumento da produtividade do trabalho. O que significa maiores dificuldades para aumentar a produção de mais-valor. Em suma, se temos níveis elevados de produtividade do trabalho e de tempo de trabalho social excedente, o aumento da produtividade terá que ser cada vez maior para que se consiga alguma elevação na massa de mais-valor em relação a uma determinada quantidade de capital. Por outro lado, o aumento da produção da riqueza material (valor de uso), que é proporcional ao aumento da produtividade, só pode ocorrer se, simultaneamente, aumenta a massa de matérias-primas utilizadas na produção das novas mercadorias. Essa dinâmica, que produz um crescimento mais rápido da riqueza material do que da riqueza abstrata, tem por corolário a destruição do acelerada meio ambiente.

Postone (2014, p. 360) sugere que, para Marx, tal padrão de crescimento, além de ocasionar a destruição do meio ambiente, também tem resultados degenerantes para o ser humano. O constante aumento da capacidade produtiva do trabalho, engendrado e enraizado na estrutura socioeconômica dinâmica e estranhada do capital, tem por caracteres ser acelerado, ilimitado e efêmero; sobre ele o indivíduo humano não tem quaisquer controles. Postone (2014, p. 361) prossegue e sustenta que Marx (por esclarecer a especificidade do trabalho na sociedade do capital e explicar que a riqueza abstrata é a forma específica de riqueza dessa sociedade) oferece uma crítica adequada à produção da indústria e da agricultura da sociedade moderna. Nessa crítica, a destruição do meio ambiente não é resultado do afastamento da barreira natural acionado pelas características específicas do trabalho universal/geral (Araujo, 2025, 2024; Duayer; Araujo, 2022) – afinal, trata-se da crítica do trabalho determinado por mercadoria exclusivo da sociedade do capital. Tampouco é crítica

exclusiva ao produtivismo associado à produção de valor em expansão. Com a lógica do capital, a natureza devém um tipo de objeto de trabalho apto a ser portador de valor e, ao mesmo tempo, oferta os elementos peculiares da riqueza material. O consumo da natureza pela lógica do capital é meio para a auto expansão do valor e, com isso, a interação cíclica, historicamente verificada, entre gênero humano e natureza é rompida, transformando-se em um movimento de único sentido: transformação de objetos de trabalho e matérias-primas em suportes de tempo de trabalho abstrato, agora objetivado. Marx dilucida o desenvolvimento da sociedade moderna a partir do duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria e, portanto, da duplicidade da riqueza. Ao fazê-lo, aporta uma teoria crítica que não se limita a determinar os impactos do aumento da produtividade e do valor sobre a tendência à queda da taxa média social de lucro ou sobre a possibilidade de expansão infinita e eterna do capital enquanto lógica societária.

A crítica de Marx à acumulação de capital, prossegue Postone (2014, p. 362), abarca tanto a aceleração perpétua do crescimento – cujo traço fundamental é a produtividade sem freios e que não só não pode ser controlada pelos produtores como não opera diretamente em benefício deles – quanto da tendência a crises e, além disso, demonstra que esses dois aspectos estão intrinsecamente relacionados. A articulação entre aumento de produtividade, aumento da riqueza material e pequena expansão da riqueza abstrata, com alteração da unidade temporal de referência do valor social (tempo médio de trabalho socialmente necessário), permite inferir que o valor, enquanto forma abstrata da riqueza e médium social, está em contradição com quaisquer preocupações ecológicas. O que significa dizer que quaisquer soluções para o problema da destruição do meio ambiente que apontem para a redução da expansão da sociedade do capital seriam ineficazes no longo prazo por serem antagônicas aos interesses das personificações do capital e por

ocasionarem enormes dificuldades econômicas com grande custo social. Como a reprodução individual, assim como a coletiva, tem por eixo a obrigatoriedade de produzir valor, os vendedores de força de trabalho dependem do crescimento perpétuo do capital – mesmo que as objetivações de seus trabalhos impliquem destruição ambiental e degradação do gênero humano. Nas crises econômicas e nas fases de desaceleração da atividade econômica, em que o desemprego se eleva, o impasse entre a lógica do valor e a questão ecológica se apresenta para os trabalhadores assalariados como a luta pelo crescimento e emprego sem ressalvas ecológicas. Patenteando que a solução efetiva da questão exige a superação da riqueza abstrata e da mediação social pelo valor.

A reinterpretação de Postone (2014, p. 362-363), da teoria crítica de Marx, assenta que Marx captura a produção do valor, seus padrões tecnológicos e a expansão da sociedade do capital não em termos técnicos, como, por exemplo, através da ideia de crescimento econômico determinado pelas formas de propriedade e de controle da produção. A captura parte do entendimento de que as formas sociais de mediação manifestas nas categorias mercadoria, dinheiro e capital, estruturam processos e padrões da sociedade do capital (Araujo, 2020, 2026; Duayer; Araujo, 2015, 2020, 2022). O que é um outro modo de dizer que as práticas humanas estruturam a objetividade e subjetividade social e, ao mesmo tempo, são estruturadas por elas.

A quantificação do valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário e o fato de que a unidade temporal de referência ser estática e, ainda assim, se modificar (Araujo, 2026), são subjacentes à forma do crescimento da sociedade do capital. Nesse sentido, argumenta Postone (2014, p. 363), ainda que a concorrência intercapitalista possa explicar a existência do crescimento no capitalismo, o momento predominante está na determinação temporal do valor. A conexão específica entre o aumento do mais-valor e o aumento da produtividade é o

que plasma o curso implícito do crescimento nessa sociedade (Marx, 2017, p. 281). Esse curso não é elucidado adequadamente a partir dos conceitos de mercado e propriedade privada. O que permite Postone sugerir que mesmo em sociedades do capital nas quais tais conceitos não se apresentem efetivamente, o crescimento econômico imperativamente assumiria um molde no qual aumentos cada vez maiores de produtividade não seriam acompanhados por aumentos da riqueza social abstrata. Ou seja, o planejamento econômico de uma sociedade do capital seria uma tentativa de solução às compulsões e constrangimentos produzidos pelas relações sociais estranhadas estruturadas pelo valor – e não a emancipação humana do valor, e de toda a pré-história a ele associado, que exigiria a instituição de uma sociabilidade fundada na produção de riqueza material (Araujo, 2018). Caso no qual os aumentos de produtividade redundariam em aumento proporcional da riqueza social (valores de uso) e, além disso, seria superada a dicotomia entre o crescimento perene e incontrolado como condição para a produção de riqueza social e a frugalidade como condição para a instauração de produção e distribuição ecologicamente neutras.

CLASSES SOCIAIS, CRESCIMENTO E DINÂMICA DA SOCIEDADE DO CAPITAL

A reinterpretção da teoria crítica de Marx, feita por Postone, também oferece um novo enfoque para a apreensão das classes sociais e da luta de classes (Araujo, 2016, 2020). Tal enfoque se apresenta quando o autor explica que a chave interpretativa, utilizada por Marx, para decifrar as relações sociais, peculiarmente dinâmicas, da sociedade do capital, é a mediação social indireta através das objetivações do trabalho determinado por mercadoria. Ou seja, ao demonstrar que na sociedade do capital o laço social está objetivado e que essa forma objetiva se movimenta independen-

temente da vontade do produtor (Araujo, 2024, 2025, 2026) – e que esse fato está no fundamento do dinamismo das relações sociais dessa sociedade –, evidencia-se que as relações sociais não podem ser apreendidas adequadamente somente pela chave interpretativa da exploração de classe. O que não significa que Marx desconsidere a importância das relações de classes e suas lutas para a adequada compreensão da história sociedade do capital. Como primeira aproximação, temos que a categoria classe social só realiza todo seu potencial na sociedade mais desenvolvida (do capital) e é resultado da relação social indireta mediada de um modo pseudo-objetivo pelo trabalho abstrato. Decorrendo que a luta de classes nessa sociedade é estruturada pelas formas sociais da mercadoria e capital e, ao mesmo tempo, é incorporada nessas formas. Sem perder de vista que capital é relação social que tem por télos a perpétua expansão do valor e que mercadoria é a objetivação da prática do trabalho específico da sociedade moderna. Ou seja, as classes sociais são produto de práticas sociais estruturantes e estruturadas e que, por sua vez, são moldadas pela lógica do valor (capital).

É pacífico, no nosso entendimento, que a crítica de Marx, apresentada em *O Capital*, oferece uma primeira aproximação para a relação entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. No entanto, não é adequado supor que se limite a isso. Na verdade, ela oferta o arrimo para uma análise acurada do devir das classes sociais e da luta de classes na sociedade do capital, sendo capaz de esclarecer os processos de desaparecimento e transformação de frações de classes e de grupos sociais como a nobreza feudal, artesãos das guildas, o surgimento das novas classes médias assalariadas etc. Ainda assim, é preciso enfatizar que Marx não se propõe, em *O Capital*, a apresentar uma teoria sociológica da sociedade do capital. Ao revés, as classes sociais e suas lutas, em *O Capital*, devem ser analisadas a partir do eixo central organizativo de sua exposição que, não por acaso, é ontologicamente determinado: o valor.

Para o marxismo tradicional a relação social entre a classe burguesa e a classe trabalhadora é central na teoria de Marx, pois é entendida como a relação na qual a exploração ocorre; e a exploração, manifesta na luta de classes, é tomada como a categoria fulcral e como força motora das transformações históricas. Postone, como vimos acima, sugere que Marx situa as relações fundamentais da sociedade do capital em um nível analítico mais profundo, para além da exploração. O cerne de sua análise estaria na forma peculiar da mediação social estruturante da sociedade do capital. O que nos coloca a tarefa de ilustrar a relação entre essa forma de mediação objetiva e as classes sociais na sociedade moderna.

Postone (2014, p. 366) argumenta que a teoria crítica de Marx não só é orientada para evidenciar a especificidade da exploração do capital e o modo pelo qual o excedente, criado pela classe trabalhadora, é apropriado pela burguesia em suas várias frações, ainda que na esfera da aparência tenhamos uma apreensão contrária a esses fatos. Além disso, a referida teoria, ao apreender o excedente social como mais-valor, é capaz de esboçar a dinâmica complexa, específica da sociedade do capital, arrimada em formas sociais estranhadas e nas práticas sociais que a estruturam. Ou seja, prossegue Postone, a polarização entre a classe capitalista e a classe trabalhadora é relevante para Marx por ser a exploração central na teoria crítica de Marx e porque a exploração de classe envolve relações sociais fundamentais para a explicação do dinamismo do desenvolvimento dessa formação socioeconômica. O importante é reter, diz Postone (2014, p. 366), que tais relações, por si, não engendram a dinâmica do desenvolvimento. Elas participam da constituição dessa dinâmica à medida em que são estruturadas enquanto relações e assimiladas pela forma de mediação social objetiva, que tem por médium o trabalho abstrato.

Ao avaliar o modo como Marx insere a luta de classes já no livro 1 de *O Capital*, Postone (Idem) pode ilustrar a participação das re-

lações sociais na constituição da dinâmica da formação socioeconômica. Segundo o historiador, a noção de luta de classes, utilizada por Marx em *O Capital*, apreende um amplo leque do agir social coletivo: desde a ação revolucionária, passando por ações sociais politizadas que têm por télos questões políticas, sociais e econômicas e que buscam efetivá-las através de greves, grandes mobilizações de categorias sociais e da massa do povo etc. Até chegar às lutas de classe em um nível cotidiano. Postone prossegue e sugere que lutas de classe no nível cotidiano são imanentes à sociedade do capital e que Marx capturou esse fato ao analisar as formas de produção do mais-valor. Por exemplo, ao examinar a determinação da jornada de trabalho, no capítulo 8 do Livro 1 de *O Capital*, Marx (2017, p. 306) esclarece que ela é indeterminada, podendo variar dentro de certos limites físicos e morais/sociais, sendo o limite mínimo indeterminável e o máximo duplamente determinado. A relação entre vendedor e comprador da mercadoria força de trabalho, portadores de direitos iguais, se consolida em um contrato jurídico entre ambos e que expressa o poder político (luta de classes) de cada um. O vendedor (trabalhador) pretende vender a menor quantidade possível da mercadoria pelo maior valor e o comprador, deseja o exato oposto. Restando evidente que o conflito entre as duas classes é endógeno a lógica do capital e constituído pela própria lógica. A luta de classe é estruturada pela circulação de mercadorias que, por sua vez, é produto do constrangimento lógico que é o valor em expansão – o valor (trabalho abstrato), suportado por mercadoria e dinheiro (tipo especial de mercadoria) constitui a sociedade do capital enquanto forma totalizante e totalizada.

A mediação social pseudo-objetiva constituída pelo valor (trabalho abstrato), desvela Postone (2014, p. 367-368), é o solo no qual, de variados modos, está incrustada a luta de classes. Na relação de compra e venda de força de trabalho é patente a indeterminação da duração da jornada de trabalho, do valor da força

de trabalho e, portanto, do tempo de trabalho excedente. A determinação desses aspectos da relação entre trabalhadores (vendedores de força de trabalho) e capitalistas (compradores da força de trabalho) é resultado de negociação, conflitos e lutas; do que se conclui que não é fundada exclusivamente na força imediata ou em padrões sociais imutáveis. Em seu nível mais crucial, assenta Postone (2014, p. 367), essa relação é estruturada pela forma-mercadoria de mediação social e, acrescenta, são suas características não definidas que tornam possível que necessidades e condições se manifestem historicamente de modo variável. Como já dito, a relação entre compradores e vendedores de força de trabalho contrapõe direito contra direito, se tratando de uma luta social que é, simultaneamente, prática social determinativa da subjetividade e da objetividade social. Por ser forma de manifestação de uma antítese social objetual, essa relação social é um balizamento das representações que trabalhadores e capitalistas fazem a respeito de si próprios. Nesse caso, eles se percebem como possuidores de direitos, o que engendra autoconcepções que, por sua vez, compõem a natureza da luta de classes. Do que se infere, acrescenta Postone (2014, p. 368), que a luta de classes está incrustada nos modos particulares nos quais carências e demandas são apreendidas e estruturadas em uma formação socioeconômica plasmada pelo valor. Trata-se de discernimentos sociais e figuras de direitos relacionados à relação social – entre trabalhadores e capitalistas – constituídos pelo valor através da forma mercadoria. Ocioso lembrar que essas autoconcepções são construções históricas e não fruto de geração espontânea; o que significa dizer que os seus conteúdos não são produto da contingência, mas da mediação social objetual específica da sociedade do capital.

O modo pelo qual Marx, no capítulo 8 (*A Jornada de Trabalho*) do Livro 1 de *O Capital*, apresenta a determinação formal de trabalhadores e capitalistas, e a luta de classes entre eles, como mediada pela troca de mercado-

rias; sugere que a relação social constituída pela compra e venda de força de trabalho não pode ser adequadamente apreendida como uma simples relação entre singularidades humanas. Por exemplo, a resolução da limitação legal da jornada de trabalho, expõe Marx no referido capítulo, é fruto da ação coletiva da classe trabalhadora. Formalmente, cada singularidade humana que vende força de trabalho é proprietária de sua mercadoria, contudo, somente quando entra em cena a classe trabalhadora enquanto proprietária coletiva, efetiva, da mercadoria força de trabalho é que se estabelece a limitação legal da jornada de trabalho. Em suma, a categoria mercadoria, estabelecida pela lógica societária do capital, associa-se não apenas aos laços pseudo-objetivos entre singularidades humanas atomizadas. Ela relaciona-se com as estruturas, instituições e aparatos sociais coletivos. O que, por sua vez, assinala Postone (2014, p. 368), demonstra a inexistência de contradição entre o desenvolvimento de formas coletivas de defesa dos interesses econômicos da classe trabalhadora e as relações sociais estruturadas pelo valor e estruturantes da sociedade do capital.

A produção de mais-valor relativo torna-se a forma predominante de extração de mais-valor com o advento da grande indústria e, sugere Marx (2017), é nesse período, de surgimento da forma especificamente capitalista de produção de mercadorias, que as singularidades humanas devem ser capazes de atuar coletivamente enquanto proprietários e vendedores da mercadoria força de trabalho. A sequência da exposição dos capítulos do Livro 1 de *O Capital* permite-nos sustentar, com Postone (2014, p. 369), que a conquista, por parte da classe trabalhadora inglesa, da limitação da jornada de trabalho, foi um elemento-chave para a transição do mais-valor absoluto para o relativo enquanto forma predominante de produção de mais-valor. Com o mais-valor relativo, a forma de subsunção do trabalho ao capital altera-se: da subsunção formal (típica da manufatura capitalista) para a subsunção real

(específica da grande indústria). Nesse novo quadro há mudanças na dinâmica interrelacional que ocorre entre mais-valor, produtividade, riqueza material e riqueza abstrata. Eis que, em tal quadro dinâmico, revela-se a contradição subjacente na relação de classes e essa se manifesta como conflitos ininterruptos que devem períodos de desenvolvimento da totalidade da sociedade do capital. Tais conflitos, arremata Postone (2014, p. 369), se transformam em traço endógeno da vida cotidiana da sociedade do capital e abarcam não somente questões como duração da jornada de trabalho e nível de salários. Passam a incluir um conjunto abrangente de questões tais como: tipo e intensidade do processo de trabalho, o modo de utilização do maquinário, as condições de trabalho, direitos trabalhistas e sociais etc.

Podemos agora demonstrar, a partir dessa explanação de Postone, as razões pelas quais a luta de classes devém força impulsionadora do desenvolvimento histórico da sociedade do capital. Ocorre que os conflitos referidos acima alteram a relação entre tempo de trabalho necessário e o excedente e se constituem como um fator crucial na dialética entre tempo e trabalho. Esses conflitos são estruturados pelo valor e sua lógica e, sabemos, trata-se de uma lógica totalizante que, portanto, a tudo engloba. O que significa dizer que os conflitos não possuem importância apenas local ou setorial, não se restringem a espaços geográficos delimitados. O espalhamento da lógica do valor, impondo a mediação social pelo valor, generaliza a produção e circulação de capital sendo essa a explicação para a ultrapassagem da importância meramente local dos conflitos. A universalização da relação entre trabalho determinado por mercadoria e capital e a maior organização da classe trabalhadora, associadas às melhorias dos transportes, das comunicações e, com elas, a aceleração da rotação do capital; tudo isso faz com que os conflitos sociais se propaguem, explicitando que as lutas e conflitos locais entre capitalistas e trabalhadores não podem ser mantidas fixas e apartadas. Do

que se infere que, tanto na esfera local quanto na esfera geral, as relações de classe se transformam permanentemente e o conflito fixa-se como aspecto distintivo dessas relações. Em suma, como sugere Postone (2014, p. 369), por ser o desenvolvimento espacial e temporal do capital um movimento gradativamente globalizado, a luta de classes vem a ser um elemento fulcral na dinâmica dialética da forma de manifestação da lógica do capital.

As classes sociais e suas lutas são corolário da lógica do valor, elas não fundam a totalidade social e, tampouco, originam a trajetória dessa totalidade – não obstante, como visto acima, elas possuam um papel determinante na extensão e na própria dinâmica da sociedade do capital. A sociedade do capital é uma totalidade portadora de uma dinâmica direcional endógena e auto expansiva, marcada pela dialética entre transformação e reconstituição¹ e que tem na forma de mediação objetual, pseudo-objetiva, a sua geratriz constitutiva. O que patenteia que tais predicados da sociedade capitalista não têm por arrimo a luta de classes. A luta de classes adquire importância para a extensão e para a dinâmica da sociedade capitalista devido a forma de mediação social indireta distintiva da sociedade do capital. Dizendo o mesmo de outro modo, ainda com Postone (2014, p. 370), a luta de classes só é força impulsionadora do desenvolvimento histórico do capitalismo por ser estruturada e estar englobada nas formas mercadoria e capital.

A reinterpretação da teoria crítica de Marx, ofertada por Postone, permite iluminar, a partir de outro ângulo, a categoria classe social e a função da luta de classes enquanto força-motriz da história da sociedade moderna. Se a luta de classes é apreendida desse modo, o fundamento são as formas de mediação historicamente determinadas – objetais, reificadas e auto estranhadoras – específicas dessa sociedade. Simultaneamente, elucida-se que a classe social é categoria relacional, ou seja, classes

¹ O que Postone (2014) tipifica como efeito esteira (*treadmill effect*).

são determinadas a partir de suas relações com outras classes. Como é a lógica do valor, enquanto princípio totalizante, que estrutura as classes e instaura, em seu nível fulcral, suas relações, torna-se ocioso dizer que o valor (trabalho abstrato), em um nível mais fundamental, é a causa constitutiva das classes, de suas lutas e da função que desempenham no dinamismo da sociedade do capital. Importante enfatizar que a lógica do valor estrutura as classes sociais ao se manifestar através das formas específicas de mediação social existentes na sociedade moderna. Em níveis mais concretos de análise, partindo-se das constatações anteriores, apreende-se que a contradição existente entre os grupos sociais de produtores de riqueza material e abstrata e apropriadores, dessas riquezas, é estruturada pelas relações sociais específicas que cada agrupamento possui em relação aos meios de produção. Ou seja, a propriedade privada dos meios de produção é central para a adequada análise das classes sociais.

O aspecto esquecido pelo marxismo tradicional é que a forma jurídica da propriedade é determinada pelas relações sociais específicas dessa formação socioeconômica (Marx, 2011, p. 404-411). Ou seja, com Postone (2014, 371) patenteia-se que a categoria marxiana classe social, para ser adequadamente apreendida, deve ter por referência central as formas de mediação social. É evidente, na teoria de Marx, que a estruturação da contradição entre trabalhadores e capitalistas constitui-se em antagonismo perene, sendo esse um traço essencial do relacionamento entre eles. O que se revela agora, com a reinterpretção é que, apesar disso, tal conflito não estabelece esses agrupamentos sociais enquanto classes sociais. A título de breve resumo, podemos dizer que na teoria crítica de Marx a estrutura dialética característica das relações sociais, constituídas pela lógica do valor, possui relevância axial. Postone (2014, 371) sustenta que assim o é pelo fato de que tal estrutura dialética totaliza e dinamiza a relação contraditória entre trabalhadores e capitalistas

e, por isso, ela se organiza como luta de classes entre trabalhadores e capitalistas. A referida contradição, por seu lado, é um fato constitutivo da trajetória dinâmica da sociedade do capital – como, nessa sociedade, as classes sociais são categorias relacionais, elas se estruturam a partir de formas determinadas de mediação social (objetal, reificada e auto estranhadora) e enquanto momentos contraditórios da totalidade dinâmica. Em síntese apertada, ocorre que as classes sociais são determinadas relacionalmente na sociedade do capital, são estruturadas por formas específicas de mediação social e é no conflito social que as classes sociais devem dinâmicas e totalizadas.

No Livro 1 de *O Capital*, Marx expõe o modo pelo qual a luta de classes, entre trabalhadores e capitalistas, instala-se como um momento importante da dinâmica perene e totalizadora da sociedade do capital. Simultaneamente, essa luta de classes é estruturada pela totalidade social e a estrutura. As classes sociais, conforme sugere Postone (2014, p. 372), não são entidades, mas sim formas estruturadas da prática social e da consciência social que se organizam de modo opositivo frente à produção de mais-valor. São geradas por estruturas dialéticas próprias à sociedade moderna e, ao mesmo tempo, impelem o desenvolvimento dessas estruturas e o desdobramento da contradição fundamental que as constitui, esclarecendo sua função no próprio vir-a-ser da sociedade capitalista. A relevância das classes e de suas lutas na teoria crítica de Marx pode ser mais bem apreendida a partir dessa perspectiva. A construção teórica de Marx, prossegue o autor, não interdita a possibilidade de estratos sociais ou agrupamentos sociais (mobilizados em torno de problemas religiosos, étnicos, nacionais e de gênero e que só eventualmente podem ser elucidados em termos de classes sociais) ocuparem funções históricas e/ou políticas importantes. De todo modo, no presente artigo estamos, ainda que de modo esquemático e enquanto primeira aproximação, considerando o nível de realidade histó-

rica e de análise histórica nos quais a luta de classes assume função central na teoria crítica de Marx – ou seja, o nível do curso histórico da formação socioeconômica do capital enquanto totalidade. A análise adequada da categoria classe social na teoria crítica de Marx exigiria que tratássemos de outras dimensões constitutivas das classes: como a classe se constitui socialmente, politicamente e culturalmente em um nível mais concreto e como ela age coletivamente no âmbito da luta política e social.

Se aceitamos que a classe social não pode ser adequadamente explicada e determinada pela posição que ocupa na sociedade do capital; se aceitamos que ela deve ser apreendida enquanto determinação da relação social estruturada pela lógica do valor – por exemplo, o proletariado é definido por Marx (2017, p. 577-578 e 690, nota 70) como vendedor da mercadoria força-de-trabalho e produtor de mais-valor para o capitalista, ou seja, trabalhador produtivo. Podemos sustentar que o capital, enquanto constrangimento lógico, trabalha o trabalhador; ele, trabalhador, é objeto do processo de valorização do valor. O processo de trabalho, sob a ótica do trabalho universal/geral (portanto, transitório), é especificado pelo pôr teleológico, é atividade humana cujo sentido é posto previamente pelo próprio produtor. No processo de valorização, o trabalho determinado por mercadoria é fonte do valor e, nesse caso, pouco importando a especificidade do trabalho ou sua finalidade. Na verdade, a prática do trabalho determinado por mercadoria separa o produtor da finalidade da produção, a finalidade se perde para o produtor e esse trabalho devém fim em si mesmo cuja determinação é posta e garantida pelas estruturas sociais pseudo-objetivas que, por sua vez, são produtos das práticas humanas parametrizadas pela lógica do valor, portanto, do trabalho estranhado. Decorrendo que tais determinações das relações sociais, arrimadas na lógica do valor, estruturam tanto a objetividade da classe quanto a sua subjetividade social. Esse delineamento oferece o fundamento para uma

crítica das figurações que partem de definições axiomáticas objetivas da classe social alicerçadas na posição que a classe social ocupa no interior da estrutura social. Tais figurações, após definirem objetivamente a classe social, buscam responder à pergunta sobre como a classe social se institui subjetivamente. Em geral, conclui Postone (2014, p. 273), arranjos como esse procuram articular exogenamente objetividade e subjetividade a partir do conceito de interesse – ou seja, oferecem, precipuamente, uma chave de leitura sociológica de Marx.

Mais uma vez, em seu nível mais crucial, a determinação da categoria classe social, para Marx, não é dada pela posição objetiva que ela ocupa na formação socioeconômica do capital. Ao contrário, a determinação fulcral é feita em termos de objetividade e subjetividade. Do que se depreende, sustenta Postone (2014, p. 373), que o modo de capturar e analisar o aspecto subjetivo, balizador de uma classe social específica, tem de ser diferente do modo de captura e análise das situações nas quais as singularidades humanas agem como componentes constitutivos de uma dada classe social. O que significa que a elucidação do aspecto subjetivo da classe social não pode ser realizada adequadamente, nem mesmo em uma determinação preliminar, se for analisado considerando-o unicamente em relação a consciência dos interesses coletivos. O apropriado, sustenta Postone (2014, p. 373), é interpretar as figurações específicas desses interesses, e a própria noção de interesse, no âmbito do quadro histórico e social em que florescem. A reinterpretação proposta por Postone demonstra que a consciência da singularidade humana não é simples reflexo de suas condições objetivas de vida. Sabemos que as categorias de Marx são determinações da existência, apreendidas pela consciência, do que decorre que elas necessariamente traduzem as mediações sociais objetais específicas da sociedade do capital. Eis que as categorias marxianas esboçam as formas de consciência como momentos endógenos de formas do ser

social. Do que se segue que os caracteres distintivos e constitutivos das classes sociais envolvem formas de subjetividade que, por sua vez, são estabelecidas social e historicamente.² No caso da sociedade do capital, analisada por Marx, essas formas de subjetividade têm por arrimo as formas de mediação social objetiva e, simultaneamente, estabelecem, de maneira diferenciada, a classe social específica. Em síntese, a categoria classe social, na teoria crítica de Marx, manifesta uma condensação das determinações histórico-sociais de múltiplas figurações sociais e variadas necessidades sociais, associadas a formas de ação específicas.

Se é estruturada pelas formas sociais e pela força-motriz da totalidade social engendrada pelo valor, a categoria classe social é, ao mesmo tempo, estruturadora da consciência social e do sentido social assumido pelas singularidades humanas. Por evidente, a classe social não determina que toda e qualquer singularidade, que se encontre em seu interior, expresse as mesmas crenças e, tampouco, que seus agires político-sociais sejam mecanicamente determinados por um sentimento de classe. Na verdade, o desvelamento de que a classe social é estruturadora da consciência social, e sentido social, permite compreender que o adequado tratamento, e apreensão das particularidades sócio-histórica, das formas de subjetividade e ação social exige que elas sejam visadas a partir da categoria classe social. Do que se pode inferir que a compreensão das classes sociais a partir do aparato categorial do valor, e de seus desdobramentos lógicos e ontológicos, nos capacita a apreender, analisar e explicar socio-historicamente as reivindicações sociais, políticas, e as lutas sociais a elas relacionadas, considerando o protagonismo das classes sociais.

Estamos diante da sugestão, feita por Postone (2014, p. 374-375), de que Marx pro-

cure capturar de modo sócio-histórico as subjetividades, tomando por sustentação a estrutura de classe social enquanto balizamento mais amplo das formas de relações sociais. Para o autor canadense, é fundamental compreender que como Marx analisa a subjetividade e a estrutura dinâmica da sociedade capitalista com as mesmas categorias, ele pode tratar criticamente a conformação das formas de pensamento, passando pelo auto entendimento e chegando ao entendimento da própria sociedade capitalista. O autor observa que Marx emprega a categoria classe social como categoria que é forma de ser da subjetividade determinada de modo histórico e social, ou seja, enquanto categoria que captura as formas mutáveis de consciência e de práxis. O que significa dizer que a figuração da crítica marxiana é endógena ao objeto analisado, sem contrapor os princípios e convicções da sociedade à efetividade do seu existir. Nesse caso a ação social-coletiva e a ação política não têm por origem uma concepção de sujeito coletivo e, tampouco concepções de singularidades humanas que, sem um contexto sócio-histórico e cultural determinado, agem a partir de seus interesses. Essa releitura permite sustentar que Marx não atribui um caráter pseudo-objetivo – que, conforme visto anteriormente, é característico das formas objetivas auto-estranhadoras de mediação social da sociedade do capital – a um grupo social específico e, por isso, não associa diretamente o quadro sociológico da classe social com seu agir político. Em suma, os problemas associados ao engendramento sociopolítico e cultural que se manifestam em níveis mais determinados e, portanto, concretos, de uma classe social específica – por exemplo, o agir coletivo e autoconsciência – têm de ser analisados em relação às determinações sócio-históricas e da consciência social da classe em questão.

É patente que a reinterpretação ofertada por Postone altera vigorosamente a relevância axial atribuída, pelo marxismo tradicional, às relações de classe tomadas pelo âmbito

² Como exemplos, Postone (2014, p. 373) oferece: figurações que as singularidades humanas constituem sobre si mesmas e sobre a totalidade da sociedade, os sistemas de valores ético-morais, os entendimentos sobre o agir humano, as compreensões sobre a origem dos problemas sociais e os modos possíveis de resolução etc.

precípua da exploração e do conflito.³ A luta de classes, aqui, é apreendida como um componente impulsionador do desenvolvimento histórico da sociedade do capital devido, unicamente, ao aspecto endogenamente dinâmico das relações sociais constitutivas dessa sociedade. A contradição que relaciona produtores imediatos e proprietários dos meios de produção, *per se*, não produz, de modo permanente, tal dinâmica. Postone (2014, p. 375), acrescenta que a estrutura lógica da exposição categorial, feita por Marx em *O Capital*, não ampara a posição de que a luta entre trabalhadores assalariados e capitalistas seja a luta entre a classe dominante da sociedade do capital e a classe opositiva que corporifica a sociedade do futuro – o que, se fosse o caso, significaria aceitar que as lutas entre essas duas classes indicariam um curso para além da sociedade do capital. Da figuração de mundo do trabalhador vendedor da mercadoria força de trabalho, a luta de classes é a luta por melhores condições de venda de sua mercadoria. O que significa dizer que esse sujeito se comporta, devido ao constrangimento lógico do valor, como ser humano egoísta, apartado da comunidade humana efetiva e aprisionado à comunidade humana abstrata objetivada na forma dinheiro (Marx, 2004, 2010, 2010 e 2015). Seu horizonte, a partir das determinações da vida cotidiana que plasmam a lógica do valor, não é o da emancipação humana. Ao contrário, é o da manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos próprios da sociedade produtora de mercadorias. Tal constatação não turva o fato de que a luta de classe do cotidiano, econômicas, foram forças fundamentais para arrancar das burguesias avanços na democratização e melhorias civilizacionais da sociedade do capital ao longo dos séculos XIX e XX. Assentado esse aspecto, podemos deduzir que a teoria crítica de Marx sobre a sociedade do capital, sua dinâmica, trajetória e tendências, não indica que na sociedade emancipada do valor, o proletariado, e o trabalho proletário, serão afirmados em sua plenitude. O que é sugerido

é a necessidade da abolição do trabalho proletário e não a autoafirmação do proletariado ou da classe que vive da venda da mercadoria força de trabalho.⁴ Dizendo o mesmo de outro modo, o que sustentamos é que a contradição entre a classe trabalhadora que vive da venda da mercadoria força de trabalho e a classe capitalista não é análoga “à contradição estrutural fundamental da formação social” (Postone, 2014, p. 376). Está subjacente à letra de Marx, em *O Capital*, que a relação entre a classe capitalista e a classe trabalhadora não é coincidente à relação entre capitalismo e comunismo. Ou seja, vitórias da classe trabalhadora nas lutas de classe econômicas, do cotidiano, sua autoafirmação como classe trabalhadora que vive da venda da mercadoria força de trabalho não efetua, *per se*, a transição para o comunismo. O que não significa interditar a possibilidade de que lutas econômicas, a partir das suas dinâmicas de mobilização, organização, disputa ideológica etc., possam se transmutar em luta de classes revolucionárias, emancipadoras. Como o capital é a contradição em processo (Marx, 2011, p. 588), a totalidade social, constituída por esse constrangimento lógico, só pode ser uma totalidade contraditória e, portanto, passível de crítica e superação a partir de suas contradições endógenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: totalidade substantiva – o capital e o proletariado

Capital, elucida Marx, é relação social específica constitutiva de uma formação social antagonica, dinâmica e totalizante. Como capi-

⁴ A autoafirmação do proletariado só pode ocorrer mediante a realização plena do capital. Capital e trabalho produtivo de riqueza abstrata estão em determinação de reflexão. Uma formação socioeconômica na qual as mercadorias são distribuídas por formas de planejamento (centralizado ou não, indicativo ou impositivo etc.) organizado por um Estado, se constitui enquanto uma totalidade social que permanece mediada pelo trabalho abstrato e portadora de uma forma específica de dominação social: impessoal, abstrata-temporal. Em suma: uma sociedade presa à imanência do capital e que fracassou na tarefa de transcendê-lo.

³ Como, por exemplo, se apresenta em Lukács (2003).

tal é trabalho abstrato em expansão descontrolada e infinita, pode-se inferir que o trabalho abstrato é o eixo constitutivo dessa totalidade dinâmica e contraditória. Acrescente-se que o trabalho abstrato suporta uma dualidade: prática social mediadora das relações entre singularidades humanas e comunidade humana e entre tais singularidades/comunidade e a natureza inorgânica e orgânica. O que é suficiente para ilustrar a inadequação de tomarmos capital seja em termos concretos, como fatores de produção que são propriedade privada dos capitalistas; seja como relação social entre as classes sociais de capitalistas e trabalhadores – relação que seria constituída pela propriedade privada dos meios de produção e teria no livre-mercado a forma de mediação entre as citadas classes. Marx, em *O Capital*, sustenta Postone (2014, p. 405), partindo da dimensão do valor, assenta que a categoria capital, que é forma totalizante, se desdobra como uma estrutura direcionalmente dinâmica que deverá fundamento social de um determinado padrão histórico de desenvolvimento. O autor adverte que, ainda assim, não é adequado capturar o conceito de capital somente pela dimensão do valor. O que se explica pelo fato, já mencionado, de que o valor de uso do trabalho, sobredeterminado na sociedade do capital, é historicamente estabelecido como predicado do próprio capital.

Considerando as formas históricas de produção de mercadorias na sociedade do capital (manufatura e grande indústria), podemos sustentar que Marx revela que na manufatura capitalista o capital se apropria da força produtiva do trabalho concreto devido ao estatuto da propriedade privada dos meios de produção. O que lhe garante propriedade e controle sobre o processo de trabalho e sobre os frutos desse processo. Isso se explica por ser, na manufatura capitalista, o trabalho imediato o constituidor das forças produtivas que são apropriadas pelo capital; característica que permite que essas forças se manifestem enquanto exogenamente relacionadas ao capi-

tal. Se a propriedade privada possuía tal centralidade no surgimento histórico do modo de produção capitalista, ela não mais terá com o advento da produção de mercadorias com base em sua forma especificamente capitalista: a grande indústria. A grande indústria, caracterizada pela maquinaria desenvolvida, tem por característica distintiva que as forças produtivas sociais do trabalho concreto, que são apropriadas pelo capital, não são as forças do trabalho imediato. Ou seja, não se trata, como no caso da manufatura, de expropriação das forças produtivas dos trabalhadores pelos capitalistas. Agora, o próprio processo de produção de mercadorias, com base na grande indústria, constitui endogenamente as forças produtivas e sua essência reificadora e estranhada. Na grande indústria, as forças produtivas são geradas em separado e em oposição ao produtor imediato e ao trabalho imediato. Para Postone (2014, p. 405-406) a categoria capital, de Marx, intenciona capturar essa forma de constituição das forças produtivas. Nesse sentido, capital não deve ser entendido como uma forma ilusória de forças produtivas que, na realidade, são parte do domínio do “ser” trabalhador. A produção com base na grande indústria explicita que as capacidades do gênero humano (o intelecto geral da espécie) – que no capitalismo são instituídas historicamente de modo estranhado, enquanto forças produtivas sociais gerais – assume a forma real de existência de capital, não estando mais restrita somente aos trabalhadores. Em resumo, com a grande indústria, torna-se patente que o aspecto social do trabalho concreto, produzido como um tipo de dívida para o capital, já não pode ser corretamente explicado relativamente à força produtiva dos produtores imediatos e, tampouco, a processualidade constitutiva do estranhamento (*Entfremdung*) pode ser adequadamente elucidada com base na centralidade da propriedade privada dos meios de produção. Do que se infere que a explicação tem de ser capaz de penetrar no âmago da constituição da estrutura da sociedade do capital.

A reinterpretação da teoria de Marx, proposta por Postone (2014, p. 406), sugere que a demarcação preliminar do referido processo de estranhamento (Lukács, 2012, 2013; Araujo, 2022, 2023, 2024), associado à força produtiva e arrimado na própria estrutura societária moderna, se encontra subjacente à dialética existente entre tempo (em seus aspectos abstrato e concreto) e trabalho determinado por mercadoria. Sabemos que tal dialética estimula a evolução das forças produtivas sociais gerais e estas se manifestam na superfície da vida cotidiana como meios a serem utilizados pelos produtores e a favor desses produtores. A investigação do efeito esteira (*treadmill effect*) (Postone, 2014, p. 332-335; Araujo, 2026) realizada por Postone ilustra que tais forças produtivas não engendram elevações da riqueza abstrata social e, tampouco, alteram favoravelmente, para o produtor, a estrutura do trabalho. Na época de predomínio da produção de mercadorias com base na grande indústria, elevações da produtividade social são, em geral, obtidas a partir da disseminação de novas técnicas produtivas intensivas no uso de capital constante (máquinas, objetivação de trabalho morto). O aumento do capital constante está associado à redução do capital variável (força de trabalho, trabalho vivo, trabalho imediato). Quando essas novas técnicas produtivas se disseminam socialmente ocasionam a redeterminação da unidade de medida temporal que se constitui, agora, em novo quadro de referência temporal-abstrato e nova norma temporal obrigatória a ser seguida pelos produtores de mercadoria. Eis que temos a reconstituição das estruturas determinativas do valor e a explicitação de que o desdobramento e crescimento das forças produtivas reforçam as compulsões abstratas estruturadas e estruturantes das práticas sociais dos produtores de mercadoria; e o fazem através do aumento da intensidade do trabalho e de sua maior fragmentação. Patenteando a aproximação real entre o trabalho concreto cada vez menos substantivo e o trabalho abstrato. Ou seja, ao desqualificar inteiramente o produtor de seus

conhecimentos e habilidades e instaurar, em definitivo, a subsunção real do trabalho vivo ao capital (trabalho morto), as forças produtivas e os meios de produção (nos quais as forças produtivas se objetivam) dominam e subsomem a omonilateralidade dos produtores. Sabemos que tal processo tem por arrimo o duplo caráter da forma mercadoria. Acrescentamos que a dialética entre tempo e trabalho, explicitada no efeito esteira, pode ser apreendida como um processo no qual o caráter social do trabalho (constituição de forças produtivas sociais), enquanto prática produtiva, devém predicado da totalidade social. Aqui é crucial considerar que esse processo é estruturado pelas práticas sociais dos produtores e que ele se objetiva em oposição às singularidades humanas e as domina. O que caracteriza um quadro social no qual o aspecto concreto do trabalho é, por assim dizer, apoderado pelo seu aspecto abstrato.

Postone (2014, p. 406) arremata sugerindo que o apoderamento estrutural do aspecto concreto da mercadoria força de trabalho (valor de uso) por seu aspecto abstrato (valor) “é a expropriação fundamental da formação social capitalista”. Tal apoderamento, prossegue o autor, antecede logicamente a expropriação social real sustentada pela propriedade privada dos meios de produção e não é fundamentalmente resultado dessa expropriação social real. Na exposição categorial que Marx realiza ao longo de *O Capital* está subjacente que a mediação social objetual, específica da sociedade do capital, impulsiona a um desmedido aumento das forças produtivas do aspecto valor de uso da força de trabalho e, simultaneamente, estabelece tais forças produtivas de modo reificado e estranhado – o que evidencia a inadequação das formulações do marxismo tradicional que procuram capturar a processualidade social moderna, estabelecida de maneira estranhada, em termos do modo de distribuição das mercadorias (livre-mercado) e propriedade privada dos meios de produção.

Em suma, Postone revela que, na teoria social crítica de Marx, e no próprio ser so-

cial em sua manifestação como sociedade do capital, a categoria capital diz respeito a uma totalidade estranhada constituída por um tipo específico de práticas humanas produtoras de trabalho abstrato (valor) que assumem a forma objetual. Essas formas (mercadoria e dinheiro) portam o *médium* social (trabalho abstrato); o dinheiro (tipo especial de mercadoria), por sua vez, funciona como forma autonomizada do valor de troca (sendo o valor de troca a manifestação do valor) e como o próprio laço social objetual que permite que ocorram relações sociais diretas entre mercadorias e indiretas entre produtores. Simultaneamente, Postone (2014, p. 407) elucida que o capital (valor que se autovaloriza) engendra uma totalidade abstrata que se apodera do predicado social da atividade produtiva do trabalhador como sendo seu atributo. Decorrendo que, nesse enquadramento, o capital, de modo análogo à mercadoria, apresenta um duplo caráter: um âmbito abstrato em que ele é valor em auto expansão e um âmbito social-concreto ou substantivo posto pelo “caráter social do trabalho como atividade produtiva”. O que permite Postone (Idem) concluir dizendo que capital é forma estranhada das duas dimensões do trabalho no capitalismo, o que esclarece que o capital se coloca frente-a-frente das singularidades humanas “como um Outro estranho (*alien*) e totalizante”.

Dizendo o mesmo em outras palavras, nesse enquadramento, capital é forma estranhada tanto do laço social abstrato (valor, trabalho abstrato) quanto das forças produtivas historicamente engendradas pelo gênero humano, do que se torna patente que capital é uma totalidade simultaneamente abstrata e concreta; sendo essas duas dimensões portadoras de um caráter geral. Como visto, a categoria valor tem como uma de suas características decisivas permitir a mediação social abstrata objetivada na forma de mercadoria e dinheiro. Tal mediação abstrata provoca o desenvolvimento das forças produtivas e estabelece modos determinados de conhecimento sociais gerais no âmbito dos quais “as formas abstrata e concre-

ta da generalidade diferem” (Postone, 2014, p. 407). Considerando, agora, outro patamar analítico, temos que a categoria capital só pode ser adequadamente apreendida enquanto totalidade em que o tempo histórico é acumulado de modo estranhado e, por isso, atormenta as singularidades humanas. Nesse caso, capital é “a dualidade objetivada do tempo abstrato e do tempo histórico” (Idem) e se revela como forma social constituidora – como a própria armação da história da sociedade do capital.

Assentada a apreensão de Postone a respeito da dimensão abstrata e concreta do capital, podemos acompanhar sua argumentação com relação à dialética entre forças produtivas e relações de produção. Considerando que valor é a categoria axial estruturante das relações sociais e de produção da sociedade do capital, e considerando que o âmbito do valor de uso da força de trabalho abarca as forças produtivas; podemos inferir, com Postone (2014, p. 408), que é plausível apreender o capital como uma estrutura estranhada de relações de produção mediadas pelo trabalho abstrato, que impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas sociais e, simultaneamente, absorve-as como predicado. A dialética da transformação e reconstituição, que o autor explicitou ao tratar do efeito esteira (*treadmill effect*), nada mais é do que o fundamento da dialética entre forças produtivas e relações de produção na sociedade do capital. O que significa dizer que, nesse caso, na dialética entre forças produtivas e relações de produção, temos uma dialética entre os dois âmbitos do capital, tratados acima, e não entre o capital e forças produtivas exógenas ao capital. Tal dialética, assegura Postone, se encontra no nível mais crucial do capital enquanto totalidade social dinâmica e contraditória. O que torna evidente que a categoria capital, ao invés de simplesmente se referir à propriedade dos meios de produção pela classe burguesa, tem por referente uma estrutura social estranhada e de duplo caráter, na qual as relações sociais são mediadas pelo trabalho abstrato. Essa an-

gulação teórica permite elucidar a tessitura ímpar da sociedade do capital, revelando sua peculiar forma de dominação social impessoal e abstrata, seu padrão de dinâmica histórica-social e suas particulares formas de produção (de mercadorias) e de trabalho (determinado por mercadoria). Do que se conclui, com Postone (2014, p. 408), que na teoria madura de Marx, “o capital, como forma-mercadoria desdobrada, é a categoria central e totalizadora da vida moderna”.

A produção de mercadorias com base na grande indústria, de acordo com o exposto por Marx em *O Capital*, é estruturada pela lógica do valor e, portanto, endogenamente capitalista. Essa produção é a manifestação efetiva do capital, ou seja, a manifestação da relação dinâmica das forças produtivas e das relações de produção. A dimensão do capital associada ao valor de uso, e que abarca a acumulação do tempo histórico, os conhecimentos sociais gerais e as forças sociais a ele articulada, não é exatamente igual ao âmbito do valor e, tampouco, inteiramente independente desse âmbito do valor. Do que se pode inferir que a totalidade social estranhada, constituída pela lógica do capital, é portadora de um predicado marcado por uma dualidade que sugere que o âmbito do valor de uso é produto histórico, dependente da lógica do valor e não pode ser tomado como o espaço da emancipação humana do valor. Conforme visto acima, o conhecimento social geral do gênero humano constituído pela lógica do capital se materializa de modo estranhado e, portanto, transformando a singularidade humana em objeto. Nesse caso, é evidente que, para Marx, o desenvolvimento da ciência e sua aplicação à produção sob a forma de tecnologias não institui um tipo de evolução sequencial que teria no socialismo o seu desdobramento até atingir o seu ápice na sociedade comunista. Na sociedade do capital, o aperfeiçoamento da ciência e da tecnologia não se explica somente pela técnica ou como um tipo de evolução independente e oposta à dinâmica das relações de produção estrutura-

das pelo capital. Ocorre o inverso, as formas do conhecimento do gênero humano e as forças produtivas desenvolvidas nessa sociedade, são, em seu nível mais crucial, constituídas socialmente e assimiladas ao processo de produção de mercadorias enquanto predicados do capital (Marx, 2011, p. 578-596). Motivo pelo qual elas fortalecem a dominação temporal abstrata e operam como períodos de uma dialética que necessita manter trabalho direto na produção de mercadoria, pois é a práxis produtora da riqueza específica da sociedade do capital (valor), e, simultaneamente, retira a substancialidade do trabalho direto e aumenta sua intensidade. Na época da produção com base na grande indústria, a elevação da produtividade humana geral se dá pelo afastamento dos limites próprios da força de trabalho individual e de suas expertises – ou seja, o aumento da produtividade exige a desefetivação e coisificação do produtor imediato.

O sujeito automático (capital) simultaneamente constitui e plasma a relação contraditória entre a força de trabalho viva (trabalho imediato) e as capacidades produtivas sociais-gerais do gênero humano. Postone (2014, p. 409), mais uma vez, sustenta que a dimensão do valor de uso do trabalho social é engendrada de modo estranhado. Com isso, esclarece que essa dimensão funciona estruturalmente em prejuízo do trabalho imediato e, de modo análogo ao verificado no caso do trabalho concreto dos produtores, tal dimensão é plasmada endogenamente pela dialética acima descrita. Decorrendo que, mesmo não sendo idêntica à dimensão do valor, a dimensão do valor de uso do trabalho social não pode se constituir em arrimo para a emancipação humana do valor – afinal, ela própria é forma plasmada pela lógica do valor.

Na sociedade do capital, sabemos, o tólos da produção é o mais-valor. Esse objetivo faz com que o sentido da produção seja perdido para os produtores. A produção não é mais um meio para a obtenção de um fim substantivo. Ao contrário, ela se transforma

em “um meio que, em si mesmo, é um meio”. Resultando na busca permanente da ampliação quantitativa do valor e de seus suportes (mercadoria e dinheiro). A produção se põe como movimento sem fim, trabalha-se hoje para amanhã continuar trabalhando de modo cada vez mais intensivo e extensivo. Retirando a substancialidade do processo de trabalho e fragmentando o máximo possível o trabalhador de modo a aumentar a produtividade da força de trabalho. Do que resulta a aproximação do trabalho especificamente humano do trabalho animalizado, desumanizado. A compulsão abstrata pela ampliação permanente do valor ao longo do tempo instaura a forma efetiva do processo de trabalho. Em outras palavras, a dimensão do valor de uso da força de trabalho devem engendrada pela lógica do valor. Postone (2014, p. 410) elucida que todo esse processo tem por arrimo estrutural a dialética entre tempo e trabalho. As práticas científicas, técnicas, organizacionais e conhecimentos associados à produção – e as correlatas práticas e conhecimentos sociais – que afloram durante o desenvolvimento da sociedade do capital são produtos históricos obtidos em determinados quadros sociais que, por sua vez, são estabelecidos pela dimensão social-abstrata, que é homogênea, quantitativa e direcionada para a ampliação permanente da produtividade e da eficiência do trabalho executado na produção de mercadorias. Os diversos fatores da dimensão do valor de uso do trabalho funcionam como predicados do capital. O que se explica, segundo nosso autor, porque, por um lado, seus desenvolvimentos e usos são voltados para o atendimento de finalidades estipuladas pela estrutura socioeconômica que, por sua vez, é determinada pela lógica do valor. Por outro lado, os diversos fatores atuam estruturalmente no sentido de fortalecer e recompor essa estrutura. Esse funcionamento, como predicado do capital, não é exógeno à sua índole e particularidade. Na verdade, os vários fatores da dimensão do valor de uso da força de trabalho operam redeterminando a dimensão do valor

e, ao mesmo tempo, são determinados por essa dimensão. Para Postone (2014, p. 410) é plausível dizer que a interligação dialética entre as duas dimensões do trabalho determinado por mercadoria, específico da sociedade do capital, ocorre de modo que a dimensão substantiva torna-se estruturada endogenamente pelos atributos da dimensão do valor.

É razoável admitir, com Postone (2014, p. 410-411), que o apoderamento da dimensão do valor de uso pela dimensão do valor indica uma processualidade em que a primeira é estruturada através de uma espécie de racionalidade formal/instrumental que se origina da dimensão do valor e que crescentemente abarca a dimensão substantiva das esferas da prática de trabalho e da vida social – o que pode ser inferido a partir da constatação de que há um crescente aumento da racionalização da gestão da produção de mercadorias e da vida sociopolítica na sociedade do capital nessas primeiras décadas do século XXI. Postone reforça que a origem desse processo não é a dimensão concreta, produtora de valores de uso, do trabalho determinado por mercadoria. Ao revés, a origem radica na dimensão do valor. Acrescentando que se a dimensão do valor plasma a dimensão valor de uso à sua imagem, não há identidade entre as duas dimensões. A não identidade das duas dimensões do sujeito automático (capital) é o arrimo para a contradição axial subjacente à dinâmica dialética do próprio capital. Postone arremata esclarecendo que é exatamente essa não identidade o que engendra a potencialidade da cisão dessas duas dimensões em uma sociedade emancipada do valor. O que coloca a perspectiva de que o conhecimento geral da espécie humana e os poderes sociais-gerais constituído na época da sociedade do capital poderão ser transformados de meios constituídos e constituintes do sistema social de dominação abstrata em meios para a convergência entre os dois polos do ser social: as singularidades humanas e o conhecimento da espécie humana; condição para a superação de uma sociedade estranhada

e para a constituição de personalidades verdadeiramente humanas.

A construção crítica de Postone (2014, p. 412) elucida que na teoria madura de Marx o proletariado não é o portador social de uma sociedade futura emancipada do valor, ou seja, não há determinação endógena à lógica do capital que constitua o proletário enquanto sujeito revolucionário. Marx revela que a produção organizada sob a lógica do valor tem por traço distintivo um extraordinário aumento das forças produtivas e dos conhecimentos sociais a respeito das legalidades do ser natural e do ser social – ou seja, tanto as forças produtivas quanto o *intellect general* só podem, existir, na sociedade moderna, na forma alienada de capital. Conforme a produção com base na grande indústria realiza toda sua potencialidade, as forças produtivas da totalidade social devêm maiores do que o somatório das habilidades, destrezas, *expertise* e força de trabalho do trabalhador coletivo. Na sociedade do capital plenamente estabelecida, forças produtivas e o conhecimento geral da espécie humana são instituídos de modo estranhado e não podem ser corretamente elucidados como forças exteriorizadas e objetivadas pelo proletariado – agora, o trabalho morto não é simples objetivação do trabalho vivo. Na verdade, o trabalho morto, objetivado na forma de maquinaria desenvolvida e equipamentos, também é objetivação do tempo histórico. À medida em que a produção com base na grande indústria avança, a constituição da riqueza material devêm menos dependente do gasto de trabalho humano imediato. Ocorre que esse trabalho imediato permanece fundamento ineliminável da produção da riqueza abstrata especificamente capitalista (valor). A reconstituição da unidade de medida do valor e da própria produção de valor sob novas condições técnicas é, simultaneamente, reconstituição e confirmação da necessidade do trabalho proletário. Do que resulta que o florescimento da produção com base na grande indústria torna o trabalho proletário anacrônico para a produção da riqueza

material, mas não elimina a necessidade desse trabalho para a produção da riqueza abstrata (valor). O desdobramento dessa contradição, como já explicado, ocasiona o esvaziamento e perda de substancialidade da práxis do trabalho e sua maior fragmentação.

Considerando que essa totalidade é instaurada pelo trabalho proletário, temos que Marx ao tratar da categoria de trabalho produtivo, não a apreende como trabalho universal/geral e, portanto, transistórico constitutivo de, e central em, toda e qualquer formação socioeconômica. Marx é específico ao ilustrar que trabalho produtivo no capitalismo, portanto, trabalho proletário, é aquele que produz e amplia valor para o capitalista (personificação do capital), o que não é coisa boa, mas azar – ou seja, trata-se de uma relação especificamente social para a qual Marx oferece uma crítica negativa, pois o trabalho proletário é a fonte da própria dominação impessoal e abstrata específica da sociedade do capital. Esse recorte analítico de Marx, sugere a possibilidade de uma abordagem que considere a estrutura social e sua historicidade e que seja capaz de apreender como certas atividades e práticas humanas vieram a ser reconhecidas socialmente como trabalho determinado por mercadoria. Além disso, porta a capacidade de esclarecer a questão de quais pessoas na sociedade do capital foram e são consideradas sujeitos. Postone (2014, p. 413, nota 120) sustenta que com tal abordagem será possível aportar novas contribuições para a questão da formação social e histórica do gênero e, além disso, poderia alterar a direção de discussões a respeito da relação entre a teoria crítica de Marx e as questões a respeito do posicionamento histórico-social de grupos étnicos, raciais e outros.

De modo oposto ao postulado pelo marxismo tradicional, eis que na teoria crítica de Marx o proletariado é fonte da riqueza abstrata e não da riqueza material o que especifica que ele não objetiva as forças produtivas que entram em contradição com as relações de produção da sociedade capitalista e, desse modo,

não portam o futuro emancipado – na verdade o proletariado e suas práticas estruturam e são o elemento crucial das próprias relações sociais capitalistas. Ainda que o proletariado e a burguesia sejam determinações da lógica do valor em expansão, o proletariado está mais atrelado ao capital do que a burguesia, sugere Postone (2014, p. 414). Afinal, a lógica do capital pode se reproduzir socialmente sem burguesia (proprietária privada dos meios de produção e classe social dominante politicamente). Bastando lançar um olhar para as experiências do chamado socialismo real (in) existente para compreendermos que a burocracia partidária funcionava como personificação do capital sem propriedade privada dos meios de produção. Já sem trabalho proletário é impossível a existência da lógica do capital; o que permite concluir que o proletariado está ligado à lógica do capital e à sua ordem social enquanto objeto e não como sujeito da história.

Em síntese, a partir da reinterpretação de Postone, podemos dizer que na teoria crítica de Marx o curso da dinâmica do capital não indica a possibilidade da autorrealização da classe proletária na sociedade socialista/comunista enquanto o sujeito da história humana. De maneira oposta, indica a possibilidade/necessidade de abolição do trabalho proletário – e da própria classe social – como condição necessária e suficiente para a emancipação do valor. Essa angulação exige reconsiderar a conexão entre a luta de classes no capitalismo, em particular as lutas da classe trabalhadora, e a superação dessa formação socioeconômica. Exige compreender que emancipação humana do valor não pode ser obtida com a reapropriação da riqueza e das forças produtivas constituídas pelo proletariado, ou seja, somente com a extinção da propriedade privada dos meios de produção. A constituição de uma sociedade emancipada do valor (socialista/comunista) exige a convergência entre o desenvolvimento das singularidades humanas – em seu processo de particularização e de constituição de personalidades verdadeiramente humanas – e

as capacidades sociais gerais, o conhecimento geral da espécie humana; que na sociedade do capital não estão arrimados no proletariado e se constituíram historicamente de modo estranhado, enquanto capital. A referida convergência só poderá vir-a-ser mediante a abolição da mediação social objetiva constitutiva da reificação da mercadoria e do estranhamento social. Ou seja, só haverá emancipação humana do valor com o desaparecimento do próprio valor, o que exige a abolição da prática humana que o instaura – o trabalho proletário.

Recebido para publicação em 06 de outubro de 2025
Aceito para publicação em 27 de fevereiro de 2026

Editor-chefe: Renato Francisquini Teixeira

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Paulo Henrique Furtado de Araujo: Conceituação; investigação; metodologia; escrita – esboço original, revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CONFLITO DE INTERESSE:

Os(as) autores(as) declaram que não há conflito de interesse.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Tempo abstrato e mediação social: Marx lido por Postone. *Eleutheria*, 2026.
- ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Diálogos possíveis: Lukács-Postone e a aporia de Kurz. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 17, p. 277-297, set. 2025.
- ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Estranhamento (*Entfremdung*), subjetividade e emancipação humana em Para uma ontologia do ser social de Lukács. *Veritas*, Porto Alegre, v. 69, p. 1-16, 2024.
- ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Trabalho determinado por mercadoria, totalidade da sociedade do capital e o sujeito automático: notas sobre a reinterpretação de Marx por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 70, p. 59-94, 2024.
- ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Glosas sobre alguns aspectos gerais do estranhamento (*Entfremdung*) em Para uma ontologia do ser social de Lukács. *Anuário Lukács*, Brasília, v. 10, p. 362-395, 2023.
- ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Trabalho, objetivação e alienação na ontologia do ser social de Lukács: notas introdutórias. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 14, p. 439-461, 2022.

ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. A contradição fundamental da sociedade capitalista no livro primeiro de O capital: determinações gerais e consequências. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, v. 64, p. 138-175, set./dez. 2022.

ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Dominação abstrata: capital: sujeito histórico. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 12, p. 348-362, dez. 2020a.

ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. As Categorias classes sociais e Estado no Livro Primeiro de O capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020.

ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018.

ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Marx: Capital, Estado e Política: notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016.

DUAYER, Mario; ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Trabalho abstrato, objetivação, alienação, fetiche: Marx lido por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, v. 62, p. 10-41, jan./abr. 2022.

DUAYER, Mario; ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, v. 57, p. 45-82, set./dez. 2020.

DUAYER, Mario; ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 15-36, jan./jun. 2015.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielme. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro 1: o processo de produção do capital. 2. ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: livro 3: o processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris & manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Tradução de José Paulo Neto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Glosas críticas ao artigo 'O rei da Prússia e a reforma social': de um prussiano*. In: MARX, Karl. *Lutas de classe na Alemanha*. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução de Paulo César Castanheira, Amilton Reis e Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOCIAL CLASSES AND THE DYNAMICS OF CAPITALIST SOCIETY IN POSTONE'S MATERIALIST ONTOLOGY

Paulo Henrique Furtado de Araujo

In Postone's immanent critical reading of Marx's mature theory, the commodity form is the axis from which the entire capitalist society is unveiled, laying the cornerstone for a pertinent understanding of social classes and their struggles. He places the specific form of social mediation of capitalist society at the center of the constitution of this socioeconomic formation and at the core of Marx's critical theory. In this article, following Postone in his reinterpretation of Marx's mature theory, we focus our attention on the category of social class and its necessary articulations with the dynamics of capital accumulation. The aim is to elucidate Postone's appropriate and innovative treatment of this categorical set and demonstrate the importance of such categories in his reading of Marxian theory. We highlight, in particular, his treatment of the historical role of the proletariat and its relationship to the fundamental contradiction of capitalism.

KEYWORDS: Marx. Postone. Capital. Social Classes. Social-Temporal Dynamics.

CLASES SOCIALES Y LA DINÁMICA DE LA SOCIEDAD CAPITALISTA EN LA ONTOLOGÍA MATERIALISTA DE POSTONE

Paulo Henrique Furtado de Araujo

En la lectura crítica inmanente que Postone realiza de la teoría madura de Marx, la forma mercancía constituye el eje desde el cual se desvela toda la sociedad capitalista, sentando las bases para una comprensión pertinente de las clases sociales y sus luchas. Sitúa la forma específica de mediación social de la sociedad capitalista en el centro de la constitución de esta formación socioeconómica y en el núcleo de la teoría crítica de Marx. En este artículo, siguiendo a Postone en su reinterpretación de la teoría madura de Marx, centramos nuestra atención en la categoría de clase social y sus necesarias articulaciones con la dinámica de la acumulación de capital. El objetivo es dilucidar el tratamiento apropiado e innovador que Postone da a este conjunto de categorías y demostrar la importancia de dichas categorías en su lectura de la teoría marxista. Destacamos, en particular, su tratamiento del papel histórico del proletariado y su relación con la contradicción fundamental del capitalismo.

PALABRAS CLAVE: Marx. Postone. El Capital. Clases Sociales. Dinámica Sociotemporal.

Paulo Henrique Furtado de Araujo – Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Mestre em Economia pela UFF. Graduado em Economia pela UFRJ. Professor do Departamento de Economia da UFF e do PPGE-UFF, Coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-Marx-UFF. Desenvolve pesquisas nas áreas de economia política, economia marxista e marxismo. Suas mais recentes publicações são: *Diálogos possíveis: Lukács-Postone e a aporia de Kurz*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 17, p. 277-297, 2025; *Os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 e a teoria do valor de Marx: primeiras observações*. VERINOTIO (BELO HORIZONTE), v. 30.1, p. 116-146, 2025; *Notas sobre 'as formas que precederam a produção capitalista' dos Grundrisse e a centralidade do valor*. VERINOTIO (BELO HORIZONTE), v. 29, p. 220-244, 2024. *Estranhamento (Entfremdung), subjetividade e emancipação humana em Para uma ontologia do ser social de Lukács*. Veritas (Porto Alegre), v. 69, p. 1-16, 2024; *Dissolução dos laços sociais mediados pelo valor: crise estrutural da sociedade do capital e o fim do seu processo civilizatório*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 68, p. 133-166, 2024.